SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06/2022

COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Aprova a Instrução Normativa referente às
NORMAS para CREDENCIAMENTO
AVALIAÇÃO, e DESCRENCIAMENTO de
docentes do Programa de Pós-Graduação em
Psicologia (PPGPSI).**

O COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto /Resolução nº 4/2021/CONEPE das normas de funcionamento da Pós-Graduação na UFS, que permite ao colegiado deliberar sobre o que for necessário para o bom funcionamento do Programa;

CONSIDERANDO o Regimento Interno de funcionamento do Programa de Pós-Graduação em Psicologia;

CONSIDERANDO, ainda, a decisão deste Conselho em sua Reunião Ordinária, realizada em 07 de junho de 2023;

RESOLVE:

Art. 1. Estabelecer as normas de credenciamento, avaliação e descredenciamento de professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe.

Art. 2. O corpo docente do PPGPSI será constituído por professores regularmente credenciados, podendo ser: Professores Permanentes, Professores Colaboradores e Professores Visitantes.

Art. 3. Os processos de credenciamento, avaliação do corpo docente e descredenciamento serão conduzidos pelo Colegiado com base no Regimento Interno do PPGPSI.

§1º O Colegiado deverá avaliar os docentes dos quadros de permanente e colaborador anualmente, no primeiro trimestre do ano seguinte ao encerramento do período de avaliação, de acordo com informações contidas no currículo Lattes, cuja responsabilidade estrita quanto à sua atualização é dos próprios docentes.

§2º O descredenciamento de professores poderá ser feito pelo colegiado do Programa em função do resultado da avaliação anual, desde que não sejam atendidos os critérios previstos nos Artigos 5 e 7 desta Instrução Normativa.

§3º Caberá ao colegiado indicar uma Comissão composta por docentes permanentes, na proporção de um por linha de pesquisa, para a avaliação e emissão de parecer para os processos de credenciamento, avaliação e descredenciamento do corpo docente do PPGPSI.

Art. 4. São considerados professores permanentes aqueles que atuam preponderantemente no PPGPSI, de forma direta, intensa e contínua, formando núcleo estável de docentes que desenvolvem as principais atividades de ensino, orientação e pesquisa, assim como desempenham as funções administrativas necessárias.

§1º Excepcionalmente, consideradas as especificidades das áreas, podem ser enquadrados como docentes permanentes:

- I. Professores ou pesquisadores aposentados que tenham firmado com a instituição termo de compromisso de participação como docente do Programa;
- II. Docentes ou pesquisadores de outra IES autorizados, por convênio formal, para atuar como docente do Programa.

Art. 5. Os docentes enquadrados como permanentes no PPGPSI devem obedecer aos seguintes requisitos:

- I. Ter título de doutor ou equivalente;
- II. Apresentar, considerando os últimos 4 (quatro) anos (incluindo-se o corrente ano), o equivalente a quatro artigos em revistas A1 ou A2 ou quatro capítulos em livros com L1 ou L2 (ou condição equivalente em livros na íntegra), tendo em vista o Qualis vigente à época da avaliação;
- III. Participar de projeto de pesquisa vinculado a uma linha de pesquisa do programa;
- IV. Integrar grupo de pesquisa cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq.
- V. Ministrado pelo menos uma disciplina a cada dois anos;
- VI. Orientar em média dois discentes por ano, considerando-se o período de avaliação da CAPES.

Parágrafo Único. Docentes do PPGPSI, além dos critérios I, II, III, IV, V e VI, devem cumprir os seguintes critérios:

- I. Para membro permanente do mestrado, ter orientado e concluído, mesmo que no papel de coorientador, uma dissertação de mestrado nos últimos 2 (dois) anos.
- II. Para membro permanente do doutorado, ter orientado e concluído, nos últimos 2 (dois) anos, pelo menos duas dissertações de mestrado.

Art. 6. A categoria de Professor Colaborador é aplicável aos demais docentes do Programa que não atendem a todas as condições exigidas do Professor permanente. Particularmente três situações definem o Professor Colaborador típico:

- I. Docentes que estão ingressando no Programa e que ainda não têm experiência em orientação ou produção científica compatível com o especificado nesta resolução no momento de seu ingresso, devendo atingir tal produção durante sua permanência como colaborador ao longo de 2 (dois) anos, renováveis pelo mesmo período;
- II. Docentes cuja formação e experiência agregam competências relacionados às estratégias de desenvolvimento do Programa.
- III. III - Docentes em processo de descredenciamento, conforme disposto no Artigo 12 desta Instrução Normativa.

Parágrafo Único. Os professores colaboradores, salvo aqueles vinculados a outras instituições, não terão direito ao recredenciamento na mesma categoria após uma renovação de seu pedido como colaborador, devendo apresentar sua candidatura ao corpo de professores permanentes.

Art. 7. Os docentes colaboradores no PPGPSI devem atender aos seguintes requisitos:

- I. Ter título de doutor ou equivalente;
- II. Apresentar, considerando os últimos 2 (dois) anos (incluindo-se o corrente ano), um artigo no estrato A ou um capítulo L3 (ou condição equivalente em livro na íntegra) do Qualis vigente à época da avaliação;
- III. Ter orientado, nos últimos 2 (dois) anos, pelo menos dois trabalhos de iniciação científica, aprovados institucionalmente por instância superior ou por agência de fomento, ou duas monografias de final de curso de graduação;
- IV. Integrar grupo de pesquisa cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq.

§ 1º Os docentes enquadrados como colaboradores somente poderão atuar como coorientadores.

§ 2º Os docentes enquadrados como colaboradores deverão renovar seu pedido de permanência como colaborador após 2 (dois) anos desde sua entrada no PPGPSI, mediante resultado das avaliações da Comissão de Avaliação Docente, instituída pelo Artigo 21 do regimento do PPGPSI.

§ 3º O não atendimento aos critérios estabelecidos no Artigo 7 desta Instrução Normativa, quando finalizada a avaliação bianual proposta no parágrafo segundo deste artigo, implicará no desligamento do vínculo como docente colaborador do PPGPSI.

Art. 8. A categoria de Professor Visitante é aplicável aos docentes vinculados a outras IES reconhecidas pelo MEC e CAPES, pós-doutorados(as) ou pesquisadores apoiados por bolsas específicas de agências de fomento, e que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e orientação em caráter temporário na UFS.

Art. 9. Professores permanentes que não atinjam na avaliação anual descrita no Artigo 5 poderão ser reenquadrados como Professores Colaboradores por um período equivalente ao prazo de avaliação da CAPES, com avaliações parciais anuais, podendo,

na ocasião da avaliação da CAPES subsequente, recuperar a posição como permanente, desde que atendidos os critérios desse mesmo Artigo, ou serem descredenciados definitivamente do programa, conforme constante no Artigo 12.

§1º Poderão ser aceitos ou permanecer como colaboradores, candidatos a permanente que, embora cumpram todas as especificações previstas para admissão como permanente, por razões de planejamento e gestão do Programa, o Colegiado considere que não seja adequado aumentar o número de permanentes naquele momento.

§ 2º O número de colaboradores do Programa não pode exceder a razão de 30% (trinta por cento) em relação ao número de permanentes.

Art. 10. O pedido individual de credenciamento para docente colaborador ou permanente deverá ser apresentado ao Colegiado do Programa pelo proponente, mediante edital de credenciamento a ser divulgado pelo PPGPSI, conforme Artigo 19 do Regimento do PPGPSI, em seu capítulo III.

Parágrafo Único. A solicitação de credenciamento como docente permanente por parte de docente colaborador no PPGPSI deve estar embasada nos critérios do Artigo 5, podendo ser feita após a admissão como docente colaborador ou por meio de solicitação de admissão direta como permanente, mediante normas do edital de credenciamento.

Art. 11. Os pedidos de credenciamento serão julgados pelo Colegiado do Programa considerando a necessidade de ampliação ou de manutenção do número de professores do Programa.

Art. 12. Ocorre o descredenciamento:

- I. Com o término do motivo de credenciamento junto ao PPGPSI.
- II. Com a constatação do não enquadramento do professor às normas dispostas nesta instrução normativa.
- III. A pedido do professor.
- IV. Em função do resultado da avaliação prevista nos Artigos 3, 5, 6 e 7 desta Instrução Normativa.

§1º No caso de descredenciamento de professor permanente que esteja orientando, este será considerado professor colaborador até o final da(s) orientação(ões).

§2º O docente em processo de descredenciamento não poderá ofertar novas vagas em processos seletivos do PPGPSI subsequentes.

Art. 13. Casos não previstos ou omissos nessa Instrução Normativa serão avaliados pelo Colegiado do Programa.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entrará em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.